



Cristián Nanzer*

Notas sobre o corpo da cidade

* Arquiteto. Professor titular de arquitetura e pesquisador da Universidade Nacional de Córdoba.

A cidade é o lugar das promessas.
John Berger

O caminho pode e deve ser exclusivamente a escola, em todos os seus níveis, em todas as suas vertentes, e a escola, qualquer escola, deve educar para construir a cidade como forma sensível da civilização.
Giulio Carlo Argan

Uma cidade é um plano de asfalto com alguns pontos quentes de intensidade e consumo.
Rem Koolhaas

A cidade: a forma sensível da civilização

A cidade representa a construção coletiva mais acabada da civilização, é a forma suprema da história. Não há política sem a cidade, não há existência da história sem a história da cidade; como expressou Giulio Carlo Argan (1983/1984), a cidade é a forma sensível da civilização.

A compreensão da dimensão histórica da cidade dá pautas e diretrizes para a explicação dos fenômenos contemporâneos, possibilita a leitura de processos e de rupturas, de repetições e singularidades, de mutações e permanências. A cidade, entendida como construção histórica, nos mostra no espaço os diferentes estratos de tempo que consolidaram o magma dos acontecimentos. Em sua *Autobiografia científica* (1981/1998), Aldo Rossi diz:

Sempre afirmei que os lugares são mais fortes do que as pessoas; o cenário, mais do que o acontecimento. Essa possibilidade de permanência é o único que faz com que a paisagem ou as coisas construídas sejam superiores às pessoas.

A cidade enquanto expressão de uma ação coletiva é uma obra, por definição, inacabada; o homem é parte da cidade, enquanto a cidade dá forma e sentido ao homem que a habita. O homem –no século XX e até agora, no século XXI– fez da cidade um mundo que lhe é próprio e reduziu perigosamente a heterogeneidade e a diversidade do mundo ao conceito de uma única cidade planetária. A experiência urbana se multiplica, abrange tudo, é um arquipélago crescente e orgânico, sincronizado virtualmente e em constante expansão.

No entanto, nem toda aglomeração urbana é uma cidade: há um sentido original e político no nascimento da cidade como aquele espaço de construção coletiva que concede cidadania

–ou seja, direitos e responsabilidades– aos homens que o habitam, o lugar da concepção política do coletivo, da solidariedade e também do conflito, o lugar onde um homem tem até o direito de transformar radicalmente essa mesma cidade se suas ideias são compartilhadas pela maioria e se reproduzem em vontade coletiva.

Cidade ou aglomeração urbana? Hoje, mais do que nunca, essa dicotomia coloca em jogo os valores e o sentido da civilização urbanizada. Há quem diga que grande parte da população do planeta não vive em cidades, mas sim em extensas periferias urbanizadas, anônimas e distantes dos direitos concedidos pela cidadania.

O direito à cidade é um conceito que foi abordado por Henri Lefebvre em 1968, em um livro homônimo, levando em consideração o impacto negativo sofrido pelas cidades de economia capitalista ao converter a cidade em uma mercadoria com o único objetivo da acumulação e da multiplicação da renda, deslocando as pessoas do sentido essencial da questão urbana e colocando em seu lugar o mercado e seus interesses. Os cidadãos se transformaram em consumidores, e o espaço público, em espaço de mercado. Toda atividade urbana e, especialmente, o mesmo território de suporte da cidade foram atravessados por essa lógica, que, em termos de conformação, favoreceu a dispersão e a fratura socioespaciais, *guetificando* a população por classes, em arquipélagos de segmentação social de acordo com as próprias leis do mercado, enclaves seletos para alguns, urbanizações anônimas e excluídas de todo limiar básico de serviços e direitos para outros. Como contrapartida, Lefebvre (1968/1969) faz sua argumentação através do direito à cidade para “resgatar o homem como elemento principal, protagonista da cidade que ele mesmo construiu”. O direito à cidade é, então, restaurar o sentido de cidade, instaurar a possibilidade do “bem viver” para todos e fazer da cidade “o cenário de encontro para a construção da vida coletiva” (Lefebvre, 1968/1969). Poderíamos afirmar que o grande desafio contemporâneo trata dos modos de construir cidade em meio a um magma crescente de urbanização anônima e descontrolada.

Se considerarmos a cidade um organismo

vivo complexo, podemos ter uma abordagem da sua concepção em termos ecológicos, já que em si mesma constitui um ecossistema artificial e, como tal, possui um corpo submetido a dinâmicas de transformação, intercâmbio e perda de energia de modo contínuo; sua desordem e caos aparente, a luta constante por um equilíbrio frágil e inalcançável é o que finalmente a mantém viva. Como qualquer organismo, submete-se às leis da natureza, a segunda lei da termodinâmica, por exemplo, a entropia, a busca permanente da regulação térmica do sistema, apesar de que seu equilíbrio térmico implique a morte. Em todo sentido, a cidade implica movimento, uma dança contínua de fluxos, intercâmbios, comparações, comunhões, associações e rupturas. Jane Jacobs (1961/2011) definiu a cidade de um modo qualitativo quando disse que uma cidade não são seus edifícios, nem suas ruas ou suas infraestruturas, mas sim a interação entre as pessoas, ou seja, o espaço que há entre as coisas para acolher a dimensão humana, e não o cenário aparente que se levanta diante dos nossos olhos. Mas será que é possível separar o espaço de interação entre os indivíduos de toda aquela paisagem física, histórica, social, cultural que lhe dá forma, conotação e sentido no tempo?

A cidade como tecnoestrutura

Milton Santos, em seu livro *A natureza do espaço* (2002/2006), avança na definição da cidade a partir de estudar a relação, mediada pela técnica, entre o homem e o território. Expressa que a principal forma de relação estabelecida pelo homem com o meio natural é através da técnica. A técnica é o veículo de antropização do território, razão pela qual –de um ponto de vista geográfico– podemos definir a cidade como uma tecnoestrutura resultante das inter-relações essenciais do sistema de objetos técnicos com as estruturas sociais e as estruturas ecológicas. A cidade em seu conjunto pode ser definida como uma infraestrutura de apropriação do território, onde a técnica constitui o meio, o novo meio “natural” que o homem habita, sua interface para habitar coletivamente o planeta.

A aceleração nos avanços tecnológicos

–especialmente os que se referem à informação– permitiu inclusive o paradoxo da “des-territorialização” dos processos históricos de apropriação do território, como as atividades de produção, recreação, informação etc., o que por sua vez permitiu o risco da expansão de conceitos que tendem a dar espessura geográfica a essas novas topografias urbanas do meio técnico avançado. Há uma dimensão técnica que recria e simula geografias artificiais, o que sem dúvida transformará as relações entre a cidade e o seu novo suporte. Isso nos leva a perguntar: a tecnoestrutura é a nova geografia urbana? Sobretudo quando essa dimensão técnica e em multiescala da infraestrutura urbana tem a capacidade de se erguer em um território virtual que une processos produtivos de transformação material, com relações imateriais complexas, que superpõem, à dimensão espacial, a sincronização de uma dimensão temporal, o que nos permite apostar –como professa o filósofo e urbanista Paul Virilio– que, à urbanização do espaço típica do século XX, sucederá a urbanização do tempo no século XXI.

A cidade é uma ideia

Podemos assumir que a cidade expressa no espaço uma paisagem nítida e incontornável dos traços culturais e do comportamento da sociedade que a habita; ali se refletem os vestígios inexoráveis do porvir histórico de uma sociedade em relação ao território que a sustenta. Somos a cidade que habitamos e, ao mesmo tempo, a cidade que habitamos nos ensina a ser e a formar uma comunidade que se define pelas formas particulares que adota no espaço. A cidade nos expressa.

A cidade é um fenômeno espacial de redes humanas, um traçado exponencial de sobreposições estratificadas no fluxo do tempo, de tensões, ações, reações, sinergias que se produzem entre o território que a suporta e a sociedade que a habita. Tal é a concentração de energia e de intercâmbios –como um *big bang*– que a sociedade transcende o sólido da sua constituição e se transforma em uma ideia, particular e única, muito mais concreta do que a matéria que lhe dá forma e gravidade, e isso acontece ao pronunciar seu nome

e evocá-la. Talvez essa seja a razão pela qual é tão difícil matar uma cidade. Ela pode ser atingida por uma bomba atômica, e 30 anos depois continuará a sobreviver. Muito poucas cidades fracassam. As cidades se constroem, se destroem e se regeneram todo o tempo e, ao mesmo tempo, habitam o paradoxo da construção da identidade: para continuar sendo, devem deixar de ser o que eram ou, o que é a mesma coisa, para manter uma tradição é necessário transgredir essa tradição.

A cidade: o último recurso

Nos últimos 200 anos, as cidades cresceram a taxas exponenciais com uma tendência irreversível que leva à consolidação de um mundo urbano, de tal forma que na segunda parte do século XXI o mundo será completamente dominado por cidades. A China, por exemplo, prevê para os próximos 20 anos a construção de 300 novas cidades. Estima-se que em um futuro previsível até 2050, a cada semana mais de um milhão de pessoas vão se somar às cidades do mundo inteiro. Um fenômeno extraordinário que afeta tudo, e com efeitos insuspeitados em todas as ordens, fundamentalmente com impactos ambientais de grande escala e sua consequente crise de sustentabilidade.

Pode-se considerar a cidade como a máxima invenção do homem e, paradoxalmente, ser exibida também como o expoente máximo das suas contradições, já que nela se desencaixam todos os processos que hoje colocam em risco o futuro da humanidade. A natureza da cidade expressa uma condição dual; é o problema, mas também representa o meio para a sua solução.

A crise do mundo moderno é uma crise de civilização, consequência direta do modelo de desenvolvimento dominante, baseado unicamente no crescimento econômico sustentado e no consumo. O paradigma de desenvolvimento do capitalismo, impulsionado exponencialmente pelo avanço das tecnologias da informação, converteu todo o planeta nessa rede sincronizada de produção e multiplicação do capital ao qual se deu o nome de cidade/mundo, corroendo a relação harmônica entre o homem e a natureza, chegando a considerar a natureza como uma externalidade econômica de qualquer equação de multiplicação do capital,

produzindo no processo desequilíbrios catastróficos, muitos dos quais vão se tornando irreversíveis: esgotamento de recursos, extermínio de espécies animais, contaminação global, mudança climática (que, segundo previsões, modificará a geografia dos continentes), novas doenças, migrações massivas, crescimento exponencial das grandes urbes etc.

Hoje, a problemática ambiental é tão crítica que questiona radicalmente a autocomplacência do modelo baseado exclusivamente no desenvolvimento sustentado e no consumo. Essa crise de civilização tem origem nas cidades e as atinge principalmente. As cidades são o epicentro dos colapsos ambientais. As cidades deverão mutar, o que leva à emergência de ensaiar alternativas de novos modos de organização urbana, novas formas responsáveis de uso do território, baseadas em princípios éticos que preservem as condições de qualidade de vida para a totalidade dos seus habitantes e seus descendentes, evitando fundamentalmente a cisão entre o modelo de desenvolvimento e os fatores materiais que fazem com que ele seja possível.

Torna-se imperativa a necessidade de pensar novos modos de organizar a vida nas nossas cidades, e estas, no território, de conceber espaços que representem alternativas mais eficazes de concentração de vida urbana para que sejam lugares mais inclusivos, equitativos, criativos e diversos, concordando com Paul Virilio (1996/1997) quando afirma:

Se perdermos a cidade, teremos perdido tudo. Se recuperarmos a cidade, teremos ganhado tudo. Se tratarmos de pensar uma solução para hoje e para o futuro, ela passa pela reorganização do lugar da vida comum. Temos que enfrentar o drama e a tragédia da cidade mundo, essa cidade virtual que deslocaliza o trabalho e a relação com o próximo.

Final aberto

A cidade ocupa tudo.

A cidade cristaliza no espaço os campos de força dos poderes em jogo.

Constelação complexa e dinâmica que concentra a energia do território: acumula tudo, multiplica tudo, o tempo todo, sempre em movimento; equilíbrio instável sensível aos estímulos internos e externos, como um magma,

um enxame, em suspensão, da diversidade.

Natureza, energia, matéria, informação, fluxos, a concentração inusitada de pessoas, a acumulação exponencial das coisas, a tensão entre elas produz o conglomerado material do artefato, elas lhe conferem a categoria de um ente autorregulado, um organismo superior às suas partículas constitutivas, ao mesmo tempo em que é um gerador poderoso do mundo simbólico onde a sociedade se desenvolve.

A cidade constrói a si mesma, controla o que escapa à burocracia da regulação (quase tudo). O sonho estatal de planejamento reside em alguns pontos, em alguns bairros, em algumas ruas, como “cabeças de praia” em território inimigo. Todo o resto ferve com uma energia e uma velocidade depredadoras, o informal reduz a forma superficial do estabelecido, há interstícios por todos os lados.

Em alguns, filtra-se o capital, adagas de vidro estendido para o trampolim do dinheiro; em outros –pelas gretas, à sombra e na escuridão–, habitam os submergidos; no meio, os “nem-nem” –nem muito, nem pouco–, na metade do cabo de aço, com o vazio abaixo. O inferno, já disse Sartre, *é o olhar dos outros*.

Não por acaso algumas profundezas abissais mantêm as cristas luminosas dos icebergs sob o sol; o circuito do capital emancipado de qualquer poder –desterritorializado de qualquer geografia, flutuante, sem resistência– se multiplica e se concentra.

Há tantas cidades em uma cidade como pessoas que as lembram. As cidades nos rodeiam e aderem ao corpo até se confundirem e dar forma às nossas experiências de vida; as biografias são medidas em tempos de vida nas cidades. Finalmente, tornam-se plataformas pelas quais entramos em contato com a presença dos outros e assimilamos o sentido do mundo.

A cidade é a única forma de organização no espaço encontrada pelo homem para conviver com multidões de outros semelhantes. Desde o início, foi a usina da civilização, vinculada ao desenvolvimento da criatividade, da arte, da economia, da política e da evolução do pensamento em todas as ordens. Também foi criada, entre outros fins, para cercar essa civilização com muralhas e protegê-la da barbárie. Hoje descobrimos no seio das nossas

cidades como convive a mais abjeta barbárie com o mais puro refinamento alcançado pelo homem. Talvez porque nada ficou de fora dos seus limites, porque finalmente tudo foi fagocitado –inclusive a ponto de que a sorte da humanidade ficou presa ao futuro das suas cidades–, não concebemos nosso futuro sem elas.

De qualquer modo e apesar de tudo, a cidade é o dispositivo espacial onde habita a inteligência coletiva; onde se produzem aos milhões as sinapses urbanas, a nuvem de redes neurais e de entrecruzamentos de informação que reinventa nossos padrões de conduta, nossa hierarquia de valores e nossos imaginários coletivos; onde se gestam as promessas de solução aos becos sem saída. E assim também desencadeia nossos medos mais profundos, nossas misérias mais irreproduzíveis, os riscos mais letais. Tudo está ali, latente, um jogo aberto de possibilidades, um caldo de cultivo imprevisível, de acordo com a trama das contingências, dos embates do poder, da fragmentação sectária dos interesses, das diferentes vontades organizadas para impor suas ordens na distribuição do espaço, das arquiteturas dominantes do acaso, com as tramas da memória e da energia, inclusive das que virão, com a cidade genérica e com a montagem da memória: tudo está ali, ainda, com final aberto.

Referências

- Argan, G. C. (1984). *Historia del arte como historia de la ciudad*. Barcelona: Laia. (Trabalho original publicado em 1983).
- Jacobs, J. (2011). *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madrid: Capitán Swing. (Trabalho original publicado em 1961).
- Lefebvre, H. (1969). *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península. (Trabalho original publicado em 1968).
- Rossi, A. (1998). *Autobiografía científica*. Barcelona: Gustavo Gili. (Trabalho original publicado em 1981).
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 2002).
- Virilio, P. (1997). *Cibermundo: ¿Una política suicida?* Santiago: Dolmen. (Trabalho original publicado em 1996).